

# Editorial

**Eliana Creado (UFES)**  
**Francisco Araos (Universidad de Los Lagos),**  
**Ana Beatriz Vianna Mendes (UFMG)**  
**Juan Carlos Skewes (Universidad Alberto Hurtado)**  
**Paulo Magalhães Araújo (UFES)**

O segundo volume do ano 2020 do Cadecs traz dois textos com temas livres com cinco textos ligados ao dossiê *Antropologia da sobrevivência: transformação e regeneração da vida em territórios devastados*.

Vamos começar apresentando os dois textos de temas livres.

O primeiro deles é *O canto vinha de longe, de lá do meio do mar: trajetos de putas transexuais na escola e no trabalho*, uma coautoria entre Clara Hanke Ercoles, mestra em educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), e Eliane Rose Maio, doutora em educação escolar pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), professora na UEM vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPE). O artigo aborda a trajetória escolar e profissional de duas mulheres transexuais moradoras de diferentes municípios do interior do Paraná, com as quais foram realizadas entrevistas. Os processos de expulsão de espaços formais de educação e, conseqüentemente, de espaços profissionais, assim como suas estratégias de resistência embasam, de forma sensível, as reflexões do artigo.

O segundo intitula-se *Autolegitimidade, sistema de justiça e magistratura criminal: uma breve revisão de literatura*. Seu autor é João Vitor Rodrigues Loureiro, mestre em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília (UnB) e doutorando em Sociologia pela mesma universidade. Ele apresenta uma revisão bibliográfica sobre o tema da legitimidade, voltada à questão da importância da autolegitimidade para se entender a atuação dos profissionais da Justiça Criminal. Identifica a falta de estudos empíricos sobre o assunto no que tange aos juízes criminais e defende que isso seja trabalhado. Realizou pesquisa junto a bases online de artigos publicados em periódicos.

Quanto ao dossiê *Antropologia da sobrevivência: transformação e regeneração da vida em territórios devastados*, resultou da colaboração de pesquisadores brasileiros e chilenos: Ana Beatriz Vianna Mendes

(Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG), Francisco Araos (Universidad de Los Lagos), Juan Carlos Skewes (Universidad Alberto Hurtado), Eliana Creado (Universidade Federal do Espírito Santo-UFES). A partir do pressuposto de que vivemos em um contexto de crises e problemas ambientais, ligados ao período do Antropoceno, objetivou pensar sobre: relações entre humanos e não-humanos; situações (combinadas ou não) de devastação e regeneração, tanto relativas a eventos extremos os mais variados quanto a crises ambientais duradouras; (des)encontros de interesses, valores, percepções ou conhecimentos.

Foram realizadas atividades correlacionadas ao dossiê. Uma delas foi o *Conversatório Vínculos terráqueos histórias de devastación y reconstrucción en Chile y Brasil* (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kJ2KEWijwbM>, acesso em 10 jul. 2020) também apresentado no âmbito da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 2020. No mesmo ano, houve a mesa *Antropología de la sobrevivencia: transformación y regeneración de la vida en territorios devastados*, realizada durante o VI Congreso Asociación Latinoamericana de Antropología.

Abaixo, apresentamos os cinco artigos que aceitaram dialogar com a proposta, a partir de Colômbia, Chile e Brasil.

O primeiro deles é *Conocimientos sobre el cambio ambiental: el caso de los indígenas productores de café de Kamata Rua, Colombia*, cuja autora é Gloria Patricia Zuluaga Sánchez, professora associada da Universidade Nacional da Colômbia. Seu estudo foi realizado na comunidade indígena Embera, de Kamata Rua, situada em Antioquia, Colômbia. O grupo dedica-se ao cultivo de café, então, a autora estudou seus conhecimentos e práticas para lidar com as mudanças climáticas, bem como as relações estabelecidas entre indígenas e funcionários que prestam assessorias técnicas sobre o cultivo, no sentido de lidar com alterações climáticas. Houve a realização de entrevistas semiestruturadas. Os indígenas reconhecem as mudanças climáticas e enfrentam dificuldades para implementar medidas que lidem com elas. Existem também entraves nas relações entre saberes técnicos, e instituições que tentam representá-los, e a comunidade, compreensíveis por um histórico que engendra assimetrias, imposições, oscilações e contradições. Os territórios reconhecidos e destinados aos Embera pelo Estado são muito reduzidos, o que é prejudicial nesse contexto de mudanças e dificulta a manutenção do próprio coletivo.

O texto seguinte traz-nos notícias do Chile pandêmico e alguns de seus antecedentes socioambientais. *Reflexões durante a devastação: o desenvolvimento do Coronaceno no Chile* resulta de colaboração entre as/os autoras/es, tendo sido redigido a dez mãos, as de: Wladimir Riquelme Maulén, mestre em Assentamentos Humanos e Meio Ambiente, antropólogo; Ricardo Álvarez Abel, doutorando em Ciências Sociais, antropólogo; Camila Bañales-Seguel, doutora em Ciências Ambientais, engenheira agrônoma; Francisco Araos Leiva, doutor em Ambiente e Sociedade, antropólogo; Amapola Núñez Marengo, licenciada em Geografia. O período pandêmico é chamado de Coronaceno pelas/os autoras/es, que defendem que compreender o mesmo no Chile - mas suas diretrizes podem ser aplicadas a outros contextos - exige pensar devastações prévias de dimensões territoriais. As/os autoras/es abordam os sinistros normativos que possibilitaram as devastações, ao mesmo tempo que abordam as buscas de futuros possíveis, surgidas de decisões comunitárias para lidar com a pandemia. Há a contribuição reflexiva de que devastações resultam de ações e decisões humanas, assim como as iniciativas que tentam controlá-las.

A contribuição seguinte é *Rejeitos de mineração e (des)controles ambientais em uma área costeira brasileira*, de Eliana Creado, antropóloga, vinculada à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O ensaio é uma versão revisada e ampliada de ensaio fotográfico inicialmente publicado em *Toxicnews.org*. O artigo compila imagens do período entre 2015 e 2020, de Regência Augusta, Linhares, foz do rio Doce, que remetem a enredamentos trazidos a partir da chegada de rejeitos da mineração carreados ao longo de cursos d'água, desde a barragem da Samarco S.A., rompida, à montante, em 2015. O desastre e os seus efeitos (re)atualizaram problemas socioambientais que se ligam à exploração de óleo e gás, feita nas proximidades. Coloca-se um pouco da multiplicidade das águas, em suas diferentes dimensões materiais-simbólicas, e reflexões sobre reincidências de danos. A equação poluidor-pagador e algumas iniciativas de regeneração associam-se no presente, em meio a perdas cumulativas.

*Abordagem de convivencialidade aplicada à regeneração em paisagens alteradas após o desastre do Rio Doce*, é artigo de Bianca Silva, doutoranda em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM). Sua formação no mestrado deu-se junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (PGCS-UFES), ao qual esse periódico está vinculado. Seu artigo

dialoga com iniciativas de regeneração, com enfoque no Coletivo Aliança rio Doce, formado após o desastre de novembro de 2015, causado pelo rompimento da barragem que estava sob a gestão irresponsável da Samarco S.A., no município de Mariana, Minas Gerais. O rompimento afetou inúmeros municípios e até mesmo a costa do Espírito Santo e de estados vizinhos. O coletivo possui a vila de Regência Augusta, em Linhares, como ponto nuclear de suas ações e procura atuar em toda a bacia, com atividades culturais e outras atividades de extensão. Ressalta as continuidades com existências ancestrais e se orienta pela proposta de convivencialidade.

Por fim, temos as *Políticas de Composto*, trazidas por Gabrielly Merlo de Souza. Novamente, com iniciativas qualificáveis como de regeneração. Merlo de Souza é doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e seu artigo liga-se à sua tese de doutorado. A pesquisa foi realizada entre 2015 e 2020, em sítios que combinam permacultura e agroecologia na Serra do Espinhaço, Minas Gerais. Mais especificamente esses sítios ficam nos distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Lapinha da Serra, e participam do coletivo Instituto de Permacultura Ecovida São Miguel. Através de uma escrita que tenta respeitar aquelas/es que estuda, a compostagem é pensada como uma arte, em que encontros multiespécies são concretizados e que participa da construção de futuros ecológicos possíveis.

O dossiê *Antropologia da sobrevivência: transformação e regeneração da vida em territórios devastados* abre a discussão sobre os efeitos regionais e locais de fenômenos ambientais globais, apresentando análises empíricas e teóricas que colocam em questão a suposta universalidade das causas e dos desdobramentos do Antropoceno. Uma era geológica que não é entendida aqui como produto de uma humanidade singular, mas de agenciamentos específicos, conhecidos, passíveis de compreensão, e, esperamos, de ação.